

# **O CONTATO ENTRE LÍNGUAS E A ORIGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**Dante Lucchesi**

Universidade Federal da Bahia-CNPq



Uma das características que mais destacam a sociedade brasileira é sua pluralidade étnica. Historicamente, isso se explica pelo fato de o povoamento do Brasil ter sido feito através de um processo contínuo de imigração maciça. Com o início da colonização do Brasil pelos portugueses, no século XVI, a população autóctone de mais de um milhão de índios foi rapidamente reduzida, sendo substituída, sobretudo a partir do século XVII, por milhões de africanos importados como escravos. Disso resulta a tradicional visão das três matrizes étnicas de formação do povo brasileiro: o índio, o português e o africano, devendo-se salientar o elevadíssimo grau de miscigenação que confere o tom preponderante à sociedade brasileira. Esse mosaico étnico se tem enriquecido desde meados do século XIX, com a imigração, inicialmente de alemães, italianos e japoneses, e desde então de dezenas de outros povos, dentre os quais se podem citar: poloneses, ucranianos, pomeranos, coreanos, chineses, bolivianos, paraguaios, angolanos e haitianos.

Contudo, essa pluralidade étnica não se traduz de forma clara no plano linguístico. Conquanto ainda subsistam no Brasil cerca de 200 línguas indígenas, às quais se agregam algumas dezenas de línguas de imigração, mais de 98% da população brasileira é monolíngue em português. A homogeneização é, portanto, o processo predominante na história sociolinguística do Brasil, com a imposição da língua do colonizador português à custa de um violentíssimo processo de opressão simbólica, cultural e física dos povos autóctones e do contingente africano, nos primeiros séculos da história do país; repressão essa que se estendeu, até o século XX, recaindo sobre os imigrantes, particularmente, italianos, alemães e japoneses, que tiveram suas línguas proibidas e suas escolas étnicas encerradas, no período da Segunda Guerra Mundial, sob a razão da segurança do Estado Brasileiro.

No que concerne à ciência da linguagem, uma questão que se impõe é: quais teriam sido as consequências da assimilação da língua portuguesa por tantos falantes de um grande número de línguas tão diversas entre si? A questão despertou

a atenção, não apenas de filólogos, mas também de outros estudiosos, que, já no final do século XIX, chamaram a atenção para a influência das línguas africanas, porquanto africanos e seus descendentes perfaziam, na época, cerca de dois terços da população do Brasil. Nas primeiras décadas do século XX, estudiosos como Renato de Mendonça (1933) e Jaques Raimundo (1933) tentaram escrutinar as influências africanas no português brasileiro, mas esbarraram na falta de uma teoria mais elaborada e na deficiência dos métodos de pesquisa empírica então disponíveis.

Em meados do século XX, essa influência africana, bem como a indígena, foi minimizada pelos grandes filólogos brasileiros, particularmente Serafim da Silva Neto (1988[1963]), que reduziu a ação dos chamados *aloglotas* à de precipitar as tendências já embutidas na deriva secular da língua, lançando mão da expressão *efeito de gatilho*, cunhada pelo linguista norte-americano Uriel Weinreich. Não obstante suas contradições internas, tal visão se ajustava, por um lado, à posição teórica hegemônica do Estruturalismo linguístico, que desprezava axiomáticamente o efeito dos chamados fatores externos no estudo da história das línguas e, por outro, à ideologia dominante na época, que propugnava pela superioridade cultural do colonizador europeu. Dessarte, a questão do contato linguístico seria relegada ao esquecimento, nas décadas de 1960 e 1970, quando a linguística brasileira era inteiramente dominada por visões formalistas do Estruturalismo e do Gerativismo, não obstante tivesse afirmado Mattoso Câmara (1975), grande introdutor do Estruturalismo Linguístico no Brasil, que as influências do substrato indígena e africano, irrelevantes na formação da norma culta brasileira, não deveriam ser desprezadas no enfrentamento da origem do chamado *português popular*.

A questão só retornaria à cena na linguística brasileira na década de 1980, com a intervenção de dois linguistas norte-americanos. Em sua tese de doutoramento, Gregory Guy (1981) postulou que as condições sociais dos primeiros séculos da colonização do Brasil eram muito favoráveis à criouliização e que o português popular do Brasil seria o resultado de um acelerado processo de descriouliização de um crioulo que se teria formado no século XVII. Já o crioulista John Holm (1987 e 1992) resgatou o conceito de *semicrioulo*, utilizado por Serafim da Silva Neto na década de 1950, defendendo que, devido ao contato linguístico, o português teria passado no Brasil por um processo de *reestruturação parcial*, conceito que viria a sistematizar, de maneira mais abrangente, em 2004, ao traçar paralelos

entre o que teria ocorrido no Brasil e o que ocorreu no sul dos Estados Unidos, no Caribe, na África do Sul e em colônias francesas no Oceano Índico.

Dentro dessa perspectiva, iniciamos, no ano de 1992, na companhia de Alan Baxter, uma pesquisa de campo junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, algumas delas oriundas de antigos quilombos, para recolher evidências empíricas que comprovassem o efeito de mudanças induzidas pelo contato na formação das variedades populares do português brasileiro. Mais de quinze anos depois, essas pesquisas resultaram na publicação de um expressivo volume intitulado *O Português Afro-Brasileiro* (Lucchesi, Baxter e Ribeiro 2009). O livro reúne resultados de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe da fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior do Estado da Bahia. Fundamentado teoricamente no conceito de *transmissão linguística irregular* (Baxter e Lucchesi 1997, Lucchesi 2003 e 2008a, Lucchesi e Baxter 2009), o livro reúne uma expressiva quantidade de evidências empíricas de que o contato entre línguas desempenhou um papel central na formação das variedades populares do português brasileiro.

Temos argumentado que as condições particulares da formação da sociedade brasileira não deram ensejo a um processo amplo e duradouro de criouliização do português, apesar das similaridades entre o Brasil Colonial e algumas sociedades agroexportadoras do Caribe, onde vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas. Porém, essas mesmas condições possibilitaram que as alterações produzidas pela aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares do português do Brasil (Lucchesi 1998, 2000, 2001 e 2009). Dessa forma, a formação do português popular brasileiro deve ser compreendida como um processo de *transmissão linguística irregular de tipo leve*, e não como um processo de transmissão linguística radical, que está na origem das línguas *pidgins* e crioulas típicas (Lucchesi 2004, 2008b e 2012). Diferentemente do processo radical, a transmissão linguística irregular de tipo leve se caracteriza, não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na pidginização/criouliização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional. Assim, os efeitos mais notáveis do processo de transmissão linguística irregular

no português brasileiro contemporâneo se concentrariam no quadro de ampla variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal que se observa em suas variedades populares.

Apesar dessa forte articulação entre fundamentação teórica, interpretação histórica e uma grande massa de dados empíricos, a pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na formação do português no Brasil tem enfrentado muitas resistências e desconfianças, em grande parte devidas à forte tradição formalista que remonta ao nascimento da Linguística Moderna, quando Saussure decretou que a língua deveria ser analisada apenas em função de sua lógica interna. Porém, a maior resistência a essa pesquisa veio de onde menos se esperaria, de dois dos maiores nomes da Sociolinguística no Brasil. Já no início da década de 1990, Anthony Naro e Marta Scherre (1993) afirmaram que a crioulização do português no Brasil seria pouco provável e, invocando o conceito de *deriva* do linguista norte-americano Edward Sapir, afirmaram que o móvel dos processos de variação na concordância nominal e verbal hoje observados no português brasileiro seria uma tendência secular já presente na língua portuguesa antes de se iniciar o processo de colonização do Brasil. Desde então, além de questionar os fundamentos teóricos do conceito de transmissão linguística irregular, Naro e Scherre (2003, 2007 e 2009) vêm-se dedicando à recolha de evidências empíricas no português arcaico e em descrições de variedades populares do português europeu contemporâneo que refutem a hipótese da participação do contato entre línguas na formação do português brasileiro.

Neste texto, vamos traçar um panorama dessa polêmica em torno do papel que teria desempenhado o contato entre línguas na origem do português brasileiro, buscando demonstrar a adequação do nosso ponto de vista. Para isso, o texto se estrutura da seguinte maneira. Numa primeira seção, fazemos uma breve retrospectiva da história social da língua no Brasil. A segunda seção contém uma breve resenha sobre a polêmica em torno das hipóteses da crioulização do português no Brasil e da deriva secular da língua portuguesa. Na terceira seção, apresentamos a hipótese da transmissão linguística irregular de tipo leve como a que melhor dá conta da origem das variedades populares do português brasileiro. Na seção quatro, são apresentados processos de variação nas variedades populares do português brasileiro que podem ser bem vistos como reflexos atuais de processos de mudança que teriam sido desencadeados no passado a partir da

aquisição precária do português por parte de índios e africanos e pela nativização desse modelo defectivo de segunda língua entre os seus descendentes. Por fim, na conclusão deste texto, apontamos para as frentes de investigação empírica que se descortinam, quando se considera adequadamente a hipótese do contato entre línguas no estudo da formação histórica do português brasileiro.

## 1. BREVE PANORAMA DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO BRASIL

O projeto colonial da América Portuguesa assentou, desde sempre, no largo emprego do trabalho forçado, viabilizado inicialmente pelo apresamento da população indígena autóctone e, em seguida, pela importação de africanos escravizados. Esses povos subjugados constituíram a maioria da população do Brasil, durante todo o período colonial e do Império. O panorama sociolinguístico ao longo dos quatro primeiros séculos de história do Brasil foi, portanto, constituído por uma situação de *diglossia*, em que a língua dos colonizadores portugueses só era falada plenamente por um terço da população, que constituía sua elite dominante, enquanto os restantes dois terços falavam centenas de línguas indígenas e africanas, ao lado de variedades defectivas da língua portuguesa, precariamente adquirida como segunda língua, e as variedades dessa mesma língua, ao ser nativizada nesse contexto de multilinguismo pelos descendentes dos africanos e índios subjugados. Radicam nessa diglossia, que perpassa todo o período colonial e do Império, as bases históricas da atual *polarização sociolinguística do Brasil*, que opõe, em seus extremos, a norma linguística da elite letrada à fala de uma grande massa de brasileiros que ainda hoje são economicamente explorados e excluídos do espaço da cidadania (Lucchesi 1994, 2002a, 2002b e 2006).

Porém, a tendência atual seria a de uma diluição dessa polarização sociolinguística, reflexo de uma progressiva inserção dos segmentos socialmente marginalizados no sistema produtivo e no mercado consumidor. Esse processo teria se iniciado em 1850, com o fim do tráfico negreiro. A imigração de mais de três milhões de trabalhadores europeus e asiáticos, entre o final do século XIX e o início do século XX, teria igualmente contribuído para a diluição da realidade diglósica típica do período colonial. A industrialização e urbanização do país, a partir da chamada *Revolução de 1930*, aceleraram ainda mais esse processo, obnubilando

o matiz étnico da divisão sociolinguística que caracteriza a sociedade brasileira, desde os primórdios de sua formação.

O primeiro foco de efetiva colonização portuguesa do Brasil instalou-se na região do atual Estado de São Paulo, com a fundação da Vila de São Vicente, no litoral, em 1532. Mas, logo os colonizadores seguiram para o interior, subindo o planalto paulista e fundando uma nova vila, que viria a dar origem a atual cidade de São Paulo. À sujeição da população indígena local seguiu-se o aprisionamento dos povos indígenas das regiões vizinhas, mobilizando grandes expedições denominadas *Bandeiras*. A importância desse movimento é tanta que, até os dias de hoje, a sociedade paulista adota o epíteto de *bandeirante*. Do ponto de vista sociolinguístico, o reduzido contingente de colonizadores, em sua imensa maioria homens, deu azo a um amplo processo de mestiçagem, do que resultou a formação de uma *sociedade mameluca*<sup>1</sup>, na qual predominava o uso de uma variedade da língua tupi da população nativa, um tanto quanto alterada em função do novo contexto colonial, que viria a entrar para a história com a designação de *língua geral* (Rodrigues 2006). Essa *diglossia* entre a língua geral e a língua dos colonizadores portugueses, que caracteriza a sociedade paulista dos quinhentos e seiscentos, pode ser vista como a primeira manifestação histórica da *polarização sociolinguística do Brasil*.

Os povos indígenas que habitavam a costa do Brasil quando do início da colonização portuguesa falavam variedades muito aparentadas da família linguística tupi-guarani, que Aryon Rodrigues (2006: 145) dividiu entre o *tupi*, falado em São Paulo, e o *tupinambá*, falado da extensão costeira que vai do Rio de Janeiro até a foz do Rio Amazonas. A conservação em uso da língua indígena local, com alterações produzidas no novo contexto de colonização, ocorreu em vários pontos da costa brasileira, como o sul do Estado da Bahia, recebendo sempre essa variedade alterada de língua indígena a denominação *geral*. Com a expulsão dos franceses de São Luís, em 1615, uma variedade do tupinambá viria a predominar na sociedade colonial que os portugueses estabeleceram inicialmente no

<sup>1</sup> O termo *mameluco* tem sido usado para designar o mestiço resultante do cruzamento do colonizador europeu com as mulheres indígenas.

<sup>2</sup> Cf. John Manuel Monteiro (1995: 165): «A rigor, a divisão linguística de São Paulo refletia a estrutura bipolar da sociedade colonial; na sua base, os escravos provavelmente de diversos grupos étnicos e linguísticos comunicavam-se na versão paulista da língua geral (...); no topo, a comunidade luso-brasileira diferenciava-se da massa cativa por meio do uso da língua colonial».



Maranhão e que expandiram para a região amazônica, em busca das especiarias da selva e do apresamento de novos povos indígenas, em sua maioria falantes de línguas diversas, inclusive de outras famílias linguísticas, distintas da tupi-guarani, nomeadamente as famílias Aruak e Karib. Entretanto, a língua de intercuro que viria a predominar na colonização da Amazônia seria essa variedade crescentemente alterada de tupinambá, que Aryon Rodrigues (2006) denominou *língua geral amazônica* (em oposição à *língua geral paulista*, de base tupi). Com a denominação de *nhengatu* (lit. ‘língua boa’), essa língua de intercuro acabou por se nativizar entre povos indígenas amazônicos e até hoje é a língua materna de algumas localidades do Alto Amazonas, tendo sido alçada recentemente à condição de uma das três línguas oficiais, além da língua portuguesa, do município de São Gabriel da Cachoeira, situado na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Porém, nas regiões mais dinâmicas da América Portuguesa – como o entorno das vilas de Olinda e Salvador, no nordeste do Brasil, nos séculos XVI e XVII –, a população indígena local foi rapidamente dizimada, sendo logo substituída por largos contingentes de escravos importados da África. Assim, a principal força motriz do empreendimento colonial português no Brasil foi a mão de obra dos escravos africanos e seus descendentes, denominados *crioulos*; tanto que o chamado *tráfico negreiro* se tornou uma das atividades comerciais mais lucrativas, durante todo o período colonial e em boa parte do período do Império.

Conquanto tenha sido, durante muito tempo, muito pouco visível, em função da violência, não apenas física, mas, sobretudo, simbólica, inerente ao processo de escravidão (Mattoso, 2003), a presença africana constitui um dos componentes fundamentais na formação da sociedade brasileira, nos mais diversos setores da atividade social, inclusive no plano linguístico como bem observou o grande antropólogo Darcy Ribeiro (1995: 166):

Concentrando-se em grandes massas nas áreas de atividade mercantil mais intensa, onde o índio escasseava cada vez mais, o negro exercia um papel decisivo na formação da sociedade local. Seria, por excelência, o agente da europeização que difundiria a língua do colonizador (...).

Não apenas no Brasil, mas em todo o processo de colonização da América, entre os séculos XVI e XIX, a importação de largos contingentes de mão de obra escrava da África teve um papel crucial, particularmente na região do Caribe.

Estima-se que, ao longo de mais de três séculos, o tráfico negreiro trouxe para o continente americano cerca de dez milhões de africanos. A participação desse contingente na formação das nações que vieram a se constituir no novo contingente foi significativa, não obstante a já referida opressão na qual se buscava apagar a identidade cultural do escravo. Em vários planos da cultura, como a religião, a música e a culinária, a contribuição dos africanos é indelével. Literariamente e com sua ironia mordaz, o escritor argentino Jorge Luís Borges (1989: 01) descreveu essa contribuição da seguinte maneira:

Em 1517, o padre Bartolomeu de Las Casas sentiu muita pena dos índios que se consumiam nos penosos infernos das minas de ouro das Antilhas e propôs ao Imperador Carlos V a importação de negros para que se consumissem nos penosos infernos das minas de ouro das Antilhas. A essa curiosa espécie de benfeitor devemos fatos incontáveis: os *blues* de Handy, (...), o impetuoso filme *Aleluya*, o mestiço que matou Martín Fierro, a deplorável rumba *El manisero* (...), a cruz e a serpente no Haiti, o sangue das cabras degoladas pela faca do *papaloi*, a habanera de que nasceu o tango, o candomblé.

No plano linguístico, a contribuição africana se destaca na emergência de línguas crioulas, na região do Caribe, em sociedades formadas a partir de grandes propriedades agroexportadoras que empregavam largamente a mão de obra escrava, denominadas *plantações*. Dentre as mais de trinta línguas crioulas que se formaram na região, encontram-se o haitiano, cujo léxico é de origem francesa, e o jamaicano, de base lexical inglesa, além do papiamento, em Curaçao, e o sranan e saramacan, no Suriname. O sudeste dos EUA, onde eram abundantes as plantações de algodão baseadas na escravidão africana, assistiu também ao surgimento de línguas crioulas, como o *Gullah*, cujos falantes se distribuem ainda hoje pelos estados da Carolina do Sul e da Geórgia.

Calcula-se que o destino de quase 40% dos africanos trazidos para o continente americano tenha sido o Brasil, o que nos leva à impressionante cifra de quatro milhões de indivíduos (Curtin 1975). A tabela 1 abaixo, elaborada por Alberto Mussa (1991: 163), com base nos escassos dados de demografia histórica atualmente disponíveis, revela que, até meados do século XIX, aproximadamente setenta por cento da população do Brasil era constituída por índios, africanos e seus descendentes – ou seja, só um pouco menos de um terço daqueles que formaram a sociedade brasileira eram falantes nativos do português filhos de falantes com a mesma língua materna.

Etnia	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 1 - População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

A partir do século XVII, entre esses mais de dois terços daqueles que Serafim da Silva Neto chamou de *aloglotas*, predominaram largamente os africanos e seus descendentes, correspondendo sozinhos a 65% da população do Brasil, em 1850, entre africanos, crioulos e mulatos. Esse contingente formou, quase que exclusivamente, a mão de obra das lavouras de cana-de-açúcar, fumo e algodão do Nordeste, entre os séculos XVII e XIX, da extração de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, no século XVIII, e das fazendas de café do Vale do Paraíba e do Planalto Paulista, no século XIX. O tráfico negreiro só cessou em 1850, e a escravidão africana só foi abolida em 1888. Até o início do século XX, a grande maioria dessa massa de afrodescendentes vivia no campo e era iletrada.

Diante disso, era muito visível, para qualquer observador arguto da realidade sociolinguística brasileira, a influência do contato entre línguas na formação da variedade de português falada pelos negros e mulatos que predominavam na base da pirâmide social brasileira, tanto que um dos grandes precursores do estudo da presença africana no Brasil, o médico e antropólogo *avant la lettre* Nina Rodrigues (2004: 149-150), escreveu no início do século XX:

Ora, não tem crédito a errônea suposição de que fosse quase nula a influência das línguas pretas no falar brasileiro, quando muito se limitando a legar ao português alguns termos africanos. Menos nessa riqueza de vocabulário do que nas construções sintáticas e modos de dizer, deve buscar-se a origem de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole.

Entretanto, cerca de três milhões de imigrantes provenientes da Europa e da Ásia entraram no Brasil, no período que reúne as últimas décadas do século XIX às primeiras décadas do século XX, e, a partir da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, a industrialização e urbanização fez migrar boa par-

te dessa massa de afrodescendentes do campo para os grandes centros urbanos, inserindo-os mesmo que precariamente no mercador consumidor e no universo do letramento. Todo esse processo acabou por obnubilar as origens étnicas das diferenças que ainda hoje opõem a norma linguística da grande massa de brasileiros excluídos à norma urbana culta da elite letrada, mitigando os efeitos de mudanças pespegadas à estrutura da língua portuguesa nas variedades que se lhe formaram em situações de maciço multilinguismo.

Assim, a real dimensão da interferência do contato entre línguas na formação histórica do português brasileiro ainda desafia a ciência da linguagem neste início de século XXI, no bojo de uma polêmica cujos elementos seminais foram lançados no final do século XIX e que atravessou todo o século XX. Nesse debate, permeado de influxos ideológicos, estão em jogo concepções teóricas sobre aspectos cruciais do fenômeno linguístico, tais como: sua natureza, transmissão e história.

## 2. A POLÊMICA DA CRIOLIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL E A DERIVA SECULAR DA LÍNGUA PORTUGUESA

Em uma passagem muito citada, o filólogo português Adolfo Coelho (1967[1880-1886]: 43-44), pioneiro nos estudos das línguas crioulas, afirmou:

Diversas particularidades características dos dialectos crioulos repetem-se no Brasil; tal é a tendência para a supressão das formas do plural, (...), quando se seguem artigo e substantivo, adjetivo e substantivo, etc., que deviam concordar, só um toma o sinal do plural. (...). Ouve-se com frequência *os homem* por *os homens*; *as muyé* por *as mulheres*; *duas boa pessoa* por *duas boas pessoas*; *casas grande* por *casas grandes*, etc.

Adolfo Coelho associa o amplo processo de variação no uso das regras de concordância nominal observado na linguagem popular do Brasil ao processo de crioulização. Para além das manifestações de estudiosos e filólogos brasileiros já na mesma época<sup>3</sup>, o tema viria a ser tratado por estudos pioneiros das primeiras

<sup>3</sup> Além da manifestação de Nina Rodrigues, citada a cima, veja-se a seguinte passagem do verbete *Elemento Negro* de seu *Dicionário Gramatical* do filólogo brasileiro João Ribeiro, de 1989: «Sob a denominação de *Elemento negro* designamos toda a espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência de línguas africanas faladas no Brasil. Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos: ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma».

décadas do século xx no Brasil. No contexto cultural do Modernismo, outro filólogo, Renato Mendonça (1933: 50 e ss), aborda a questão da diferenciação do «dialeto brasileiro» do português de Portugal, destacando «outros fatores diferenciais» «que só intervieram com a transplantação da língua» para o Brasil, decorrentes da «contribuição dos elementos indígenas e africanos». Mendonça (1933: 60) também destaca, como um dos mais notáveis efeitos do contato linguístico a ausência de concordância de número no interior do Sintagma Nominal e do adjunto predicativo, «conservado na linguagem dos caipiras e matutos: *as criança tavum quétu*».

Porém, o impacto da introdução no Brasil das ideias de Ferdinand de Saussure viria a mudar a posição dos filólogos brasileiros sobre a questão, em meados do século xx. Da concepção saussuriana de língua como uma estrutura «*où tout se tient*» decorre a visão de que a evolução histórica da língua seria determinada pela configuração interna do sistema linguístico. Dentro dessa visão, os chamados fatores externos – como o contato entre línguas – desempenhariam, na melhor das hipóteses, um papel secundário na implementação das mudanças linguísticas. Baseado em tais concepções, Serafim da Silva Neto, um dos maiores estudiosos da história linguística do Brasil, apesar de reconhecer a ocorrência de processos de criouliização do português, durante a colonização, e relacionar a perda da concordância nominal («*os livro, as mesa*»), fato «típico dos crioulos» à interferência dos aloglotas na formação da «linguagem rural ou dialetal no Brasil» (1988[1963]: 595), vai reduzir o papel desempenhado pelo contato entre línguas ao de meramente acelerar tendências já prefiguradas no sistema da língua:

Não se pode esquecer que a ação dos aloglotas consiste, de modo geral, em precipitar a deriva da língua, isto é, tendências já contidas no sistema. A evolução opera-se no sentido de tendências pré-existentes, que então irrompem e se difundem. É sabido que o aloglota reproduz, acentuando-os e exagerando-os, os traços da pronúncia que ouve. (1988: 604)

Assim, mesmo incorrendo em flagrante contradição, como observou Revah (1963), Serafim da Silva Neto buscava encaixar os fatos da história sociolinguística do Brasil na forma do Estruturalismo, particularmente na concepção de *deriva linguística*, de Edward Sapir (1954[1921]):

Meio de comunicação e expressão, a língua é um instrumento vivo: move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Para empregar expressiva imagem do linguista norte-americano Eduard Sapir, tem uma *deriva*, isto é, determinada direção, que já encerra uma série de possibilidades. A rapidez ou lentidão com que se caminha por essa estrada depende de condições histórico-sociais.

Como se sabe desde há muito, há uma deriva indo-europeia que caminha no sentido da simplificação das flexões. Apenas, no caso do aloglota, a simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que se daria no curso de várias gerações. (Silva Neto, 1988[1963]: 594)

Em linhas gerais, essa posição foi ratificada pelo grande nome do Estruturalismo no Brasil, o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. Câmara Jr. (1975: 76-7) reconhece que «os escravos negros adaptaram-se ao português sob a forma de um falar crioulo» e que «nos latifúndios, ou fazendas, da época colonial e do Império, o contato dos senhores brancos com seus escravos negros foi intenso e estreito». Chega a afirmar ainda que «por aí se poderia explicar certas inovações e simplificações do português do Brasil em face do europeu», porém adverte, fazendo valer o axioma estruturalista: «é claro, entretanto, que não se dariam mudanças fonológicas e gramaticais profundas sem correspondência com as próprias tendências estruturais da língua portuguesa».

Com o ocaso do modelo estruturalista na Linguística, criaram-se as condições para que a questão do contato fosse retomada sob outras bases teóricas. É assim que o sociolinguista Gregory Guy (1981) defenderá que o português popular brasileiro contemporâneo seria o resultado de um acelerado processo de criouliização de um crioulo português que se teria formado entre os séculos XVII e XVIII, tendo como base empírica a análise variacionista de quatro fenômenos linguísticos variáveis (dentre os quais a variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal) numa amostra de fala vernácula de falantes iletrados do Rio de Janeiro, constituída na década de 1970. Para Guy (1981: 309), no contexto sociolinguístico do Brasil Colônia, a criouliização seria inexorável:

Do ponto de vista sócio-histórico, nossa questão provavelmente não seria *o português se criouliizou no Brasil?*, mas sim *como poderia ser possível não ter havido a criouliização?*<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Traduzido do original inglês.

Na mesma perspectiva, o crioulista John Holm (1992: 62) definiria o português popular do Brasil como um *semicrioulo* que

evoluiu do contato entre um não-crioulo (o português coloquial e regional trazido da Europa para o Brasil do século XVI até o presente) e um crioulo (uma variedade de base portuguesa trazida de São Tomé para o Brasil, durante os séculos XVI e XVII e, mais tarde, variedades como o português crioulo de Helvécia)<sup>5</sup>.

Mas, surpreendentemente, surgiria, no mesmo campo teórico de Guy, uma contraposição cabal à sua hipótese sobre a origem do português popular brasileiro. Apesar de darem um grande destaque em sua argumentação à expressão *confluência de motivos*, chegando a afirmar que «forças de diversas origens (...), juntas, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil», os sociolinguistas Anthony Naro e Marta Scherre (2007: 25) concentram todos os seus esforços para tentar provar a prevalência das forças internas nesse processo. Para esses autores, as características do português popular brasileiro, como a ampla variação na concordância verbal e nominal, resultariam de uma *deriva românica*<sup>6</sup>. Dessa forma, sua posição é sumarizada da seguinte maneira:

A língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento. No Brasil, este vetor se encontrou com forças que reforçavam e expandiam a direção original. (Naro e Scherre 2007: 47)

Portanto, a base teórica da explicação de Naro e Scherre assenta no mesmo conceito de *deriva linguística* que havia inspirado o filólogo Serafim da Silva Neto na década de 1950. Assim, a primeira grande fragilidade da posição de Naro e Scherre é de natureza teórica. Nos marcos atuais do desenvolvimento da pesquisa linguística, o princípio teórico de uma deriva secular não se sustenta, quer se considere o campo de pesquisa da sociolinguística (ao qual Naro e Scherre se filiam), quer se considere o campo da abordagem formal da teoria da gramática.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Cf. Naro e Scherre (2007, p. 50): [a concordância variável de número entre o sujeito e o verbo, entre os elementos do sintagma nominal e no sintagma predicativo nos dialetos não padrão do português do Brasil] «têm origem unicamente na antiga deriva secular das línguas indo-europeias em geral, e das línguas românicas em particular, em direção a uma gramática com menos flexão nos termos de Sapir (1949/1921: 145-170).»

William Labov (1982: 59) trata assim a ideia de uma tendência secular da língua à simplificação:

Princípios unidirecionais produzem logicamente uma teoria desequilibrada da mudança. Qualquer princípio de simplificação requer um princípio de complicação, e uma teoria de transparência crescente deve ser acompanhada de uma explicação sobre como a opacidade foi criada. Parece evidente que a maioria das línguas mantém um razoável equilíbrio a esse respeito<sup>7</sup>.

Um dos maiores teóricos da mudança linguística do Programa Gerativista, David Lightfoot (1979: 391), também tratou do tema:

Línguas são adquiridas e gramáticas são construídas por indivíduos de cada geração. Eles não têm memórias raciais de forma a saber, em qualquer sentido, que suas línguas estão gradualmente se desenvolvendo (...) e que elas devem continuar nesta direção. Além disso, se houvesse uma hierarquia determinada de mudanças a acontecer, como poderia uma criança, confrontada com uma língua exatamente a meio caminho da hierarquia, saber se a língua estava mudando do tipo X para o tipo Y ou vice-versa?<sup>8</sup>

No bojo de uma deriva românica, Naro e Scherre (1993 e 2007) argumentam que a variação na concordância nominal e verbal que se observa hoje no português popular do Brasil teria sua origem, respectivamente, numa tendência primeva à queda do *-s* e do *-m* em final de palavra. Porém, Naro e Scherre não explicam como uma fugidia variação fônica pode-se transformar numa ampla variação que atinge a oposição em formas tão distintas como *é : são* e *fez : fizeram* (Guy 1989). Além disso, análises da configuração estrutural da variação na concordância nominal e verbal em variedades do português brasileiro contemporâneo revelam que esses fenômenos têm uma natureza morfossintática, e não fônica (Lucchesi 2006 e 2012).

Por outro lado, Naro e Scherre, para demonstrar que a variação na concordância nominal e verbal não seriam fenômenos exclusivamente brasileiros, aludem à existência de processos de variação que se estendem do português arcaico a variedades rurais do português europeu contemporâneo. Em uma análise variacionista sobre um *corpus* de milhares de ocorrências extraídas de textos medievais

<sup>7</sup> Traduzido do original inglês.

<sup>8</sup> Idem.



portugueses, Naro e Scherre (2000 e 2007) encontram uma frequência de variação na flexão verbal junto à 3ª pessoa do plural de menos de um por cento. Certamente contribuíram para essa oscilação fatos de escrita que não correspondem necessariamente a uma oscilação na oralidade. Além disso, uma variação com essa frequência não configura uma variação estruturada (Labov 2003).

No que concerne às variedades populares e rurais do português europeu contemporâneo, Naro e Scherre (2007 e 2009) fazem referências a fatos esporádicos registrados em monografias dialetais portuguesas elaboradas na década de 1960, sem aduzir qualquer evidência quantitativa para a sua argumentação. Em contraposição, um estudo quantitativo feito sobre os materiais do CORDIAL-SIN, disponíveis na Internet<sup>9</sup>, Ana Sartori Gandra (2009) encontrou uma frequência de variação inferior a quatro por cento em um *corpus* de mais de novecentas ocorrências de verbos junto à 3ª pessoa do plural extraídas do vernáculo de falantes do interior de Portugal. Deve-se destacar ainda que predominavam entre as ocorrências de falta de concordância as estruturas de predicação nominal e de posposição do sujeito com verbos inacusativos, não havendo uma ocorrência sequer que evidenciasse uma clara falta de concordância (do tipo *eles trabalha muito*), que abundam no português popular do Brasil, onde a frequência de variação no uso da regra de concordância verbal pode exceder o patamar de oitenta por cento do total de ocorrências (Lucchesi 2004 e Lucchesi, Silva e Baxter 2009).

Labov (2003) afirma que uma frequência inferior a cinco por cento não configura um processo de variação encaixada na estrutura linguística. Portanto, o que se observa em Portugal é um fenômeno de flutuação no desempenho linguístico, e não um fenômeno de variação na estrutura da gramática da comunidade de fala, como a ampla variação estruturada que se observa no português popular do Brasil. Além disso, Naro e Scherre (2007) não conseguem explicar por que fenômenos gerais de não concordância verbal que se observam no português popular brasileiro como *tu vai* e *nós trabalha* não têm qualquer paralelo em Portugal<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> *Corpus* Dialectal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN), disponibilizado na Internet pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), disponível na Internet no seguinte endereço: [http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto\\_cordialsin.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin.php).

<sup>10</sup> Cf. Naro e Scherre 2007: 180): «não encontramos na documentação portuguesa vista até o momento, menção do uso da desinência verbal da 3ª pessoa do singular em contexto da 1ª pessoa do plural em frases do tipo *nós vai* (...). Outro caso não documentado em Portugal é a variação *tu fala/tu falas*, caso que pode existir sem concordância quase categoricamente em diversas áreas dialetais brasileiras».

Portanto, a visão de uma deriva secular que se superpõe ao contato entre línguas, não se sustenta, tanto no plano teórico, quanto empírico, e sua perpetuação se deve, em grande medida, à força inercial de certos estereótipos, que são mais próprios ao senso comum, do que ao conhecimento científico.

Se a explicação pela evolução interna exhibe fragilidades notáveis, a hipótese de crioulização prévia também não ficou imune às críticas. Mikael Parkvall e Laura Alvarez Lopes (2003) argumentam que a caracterização do português popular do Brasil como um semicrioulo feita por Holm (1987 e 1992) não é adequada e chamam a atenção para a fragilidade de sua hipótese acerca de uma relação histórica entre o português brasileiro e o crioulo português de São Tomé. Por outro lado, demonstram, de forma consistente, traçando paralelos com o que se observa no Caribe, que a hipótese de uma rápida descrioulização defendida por Guy (1981) não se sustenta. Diante desse quadro, acreditamos que uma adequada compreensão do papel desempenhado pelo contato entre línguas na formação das variedades atuais do português brasileiro deve superar esse impasse estéril em que se opõe a evolução interna aos processos típicos de crioulização.

Diferentemente do que ocorre no Caribe, não se encontra atualmente no Brasil qualquer variedade crioulizada do português<sup>11</sup>. Também não há registros consistentes que apontem claramente para uma variedade linguística dessa natureza na história do Brasil, apesar de haver depoimentos bastante sugestivos (Silva Neto 1963[1951]). Diante desse quadro, acatamos o ponto de vista de Parkvall e Lopes (2003) de que não é plausível pensar em um amplo processo de crioulização do português em todo o território português do qual derivem, por meio de uma acelerada descrioulização, as atuais variedades populares do português brasileiro. Nesse sentido, concordamos com a posição de Aryon Rodrigues (2006: 155, nota 3):

---

<sup>11</sup> O único registro de uma variedade crioulizada de português foi feito brevemente, pela dialetóloga Carlota Ferreira, em 1961, por meio de ligeiras transcrições fonéticas de frases produzidas numa entrevista com dois membros idosos de uma comunidade de descendentes diretos de escravos africanos, denominada *Helvécia*, que se situa no extremo sul do Estado da Bahia (Ferreira 1985). Essa pesquisadora não conseguiu recursos para fazer um registro mais fidedigno dessa comunidade de fala. O nome *Helvécia* se explica pelo fato de a comunidade ter origem em uma colônia de alemães, suíços e franceses que, entre o início e o final do século XIX, estabeleceram na região grandes plantações de café que empregavam largamente a mão de obra de escravos africanos (Baxter e Lucchesi 1999). Gravações da fala de membros da comunidade de *Helvécia* só foram feitas no final da década de 1980 e início da década de 1990, e não refletem uma variedade crioulizada de português, mas contêm fenômenos linguísticos que apontam fortemente para um passado crioulo (Lucchesi *et alia* 2009).

Não é improvável que alguns pidgins, ou mesmo crioulos, tenham-se desenvolvido em certos lugares, mas sem ter alcançado a estabilidade que lhes permitiria expandir-se no espaço e sobreviver por longo tempo<sup>12</sup>.

Apesar de haver condições sócio-históricas muito similares às das sociedades de plantação do Caribe, sobretudo no nordeste do século XVII (quando acreditamos deve ter corrido a maior parte dos eventuais processos de pidginização e criouliização do português), os contextos sociolinguísticos do Brasil não possibilitaram uma ampla criouliização do português. Dentre os fatores que atuaram nesse sentido, destacam-se (Lucchesi 2009: 70):

- i. a proporção de 30% de falantes da língua dominante (o português), durante todo período colonial e do Império; percentual bem maior do que o que se postula para as situações típicas de criouliização;
- ii. o emprego de línguas francas africanas no ambiente das senzalas;
- iii. a assimilação linguística e cultural dos filhos dos escravos africanos nascidos no Brasil, chamados *crioulos* (Mattoso 2003)
- iv. a miscigenação racial maciça do resulta o fato de mais de 40% por cento da população brasileira, no final do século XIX, ser constituída por mulatos (cf. Tabela 1, supra).

Porém, o fato de o português não se ter criouliizado no Brasil está longe de significar que o contato entre línguas é um elemento histórico de somenos importância. As atuais variedades populares do português brasileiro têm a sua origem em um processo de aquisição precária do português por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados, em sua larga maioria adultos, e, sobretudo, na nativização desse modelo defectivo de segunda língua entre os seus descendentes. Não é plausível que todo esse amplo processo não tenha impingido alterações estruturais significativas nas variedades de português que se formaram nesse contexto.

Temos procurado argumentar que mudanças estruturais podem afetar variedades linguísticas que se formam em situação de contato massivo, nas quais a

<sup>12</sup> Essa posição já havia sido exposta, com muita clarividência por Renato Mendonça (1933: 53): «No Brasil deve ter havido dialetos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram».

língua de um pequeno grupo dominante se impõe sobre uma grande maioria de povos dominados falantes de línguas diversas, sem que essa variedade se configure estruturalmente como uma língua crioula típica, ou seja, uma língua que possui uma gramática qualitativamente distinta da língua do grupo dominante, que se impõe na situação de contato (Rougé 2008). Para fundamentar esse ponto de vista, temos desenvolvido o conceito mais amplo de *transmissão linguística irregular*.

### 3. O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR DE TIPO LEVE NA HISTÓRIA DO BRASIL

A concepção da *transmissão linguística irregular* como um conceito gradual visa a desenvolver um modelo mais amplo de análise das mudanças linguísticas induzidas pelas situações de contato maciço entre línguas que não se restrinja às situações típicas de pidginização e crioulação. A ideia básica é a de que uma situação de contato entre línguas massivo pode conduzir, além da formação de uma língua historicamente nova (uma língua *pidgin* ou crioula, que tem uma gramática qualitativamente distinta da língua alvo), à simples formação de uma nova variedade histórica da língua alvo que apresenta características estruturais semelhantes às que se encontram nas línguas crioulas, no que se denomina *transmissão linguística irregular de tipo leve*<sup>13</sup>. Em ambos os casos, o que está essencialmente em jogo é a necessidade de recomposição das estruturas gramaticais perdidas na fase inicial do processo de aquisição precária da língua do grupo dominante por uma comunidade de falantes adultos dos grupos dominados. Portanto, o fator que determina inicialmente a intensidade do processo de transmissão linguística irregular (do que depende a ocorrência, ou não, de uma reestruturação original da gramática) é a intensidade da erosão gramatical que se dá no momento inicial do contato, em função do pouco acesso aos modelos da língua que se impõe socialmente – a *língua alvo*. Para que haja a reestruturação original que caracteriza os processos de pidginização e crioulação, é preciso que o acesso aos modelos da língua alvo seja igualmente restrito durante o período de formação dessa nova comunidade de fala, o que é determinado por situações sociolinguísticas bem específicas, como as

---

<sup>13</sup> Uma formulação algo semelhante é feita por John Holm (2004), através do conceito de *reestruturação linguística parcial*.

encontradas em algumas sociedades de *plantation* ou em comunidades quilombolas. Tais situações podem ser sumariamente descritas da seguinte forma:

- i. a retirada de populações de seu contexto cultural e linguístico de origem, como ocorreu com o tráfico negroiro;
- ii. a concentração de um grande contingente linguisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (a referência nas situações típicas de criouliização seria a proporção de pelo menos dez indivíduos dos grupos dominados para cada indivíduo do grupo dominante);
- iii. a segregação da comunidade que se forma na situação de contato.

Da superioridade numérica do substrato e da segregação da nova comunidade linguística resulta o pouco acesso dos falantes das outras línguas e de seus descendentes aos modelos gramaticais da língua alvo, o que cria as condições para a introdução de novos elementos gramaticais, sejam esses elementos provenientes da gramática da(s) língua(s) do substrato (Lefebvre 1998 e Lumsden 1999), sejam eles o resultado de processos de gramaticalização orientados pelos dispositivos inatos da faculdade da linguagem, que ocorreria durante o processo de nativização (Bickerton 1981, 1984 e 1999). Portanto, o grau de reestruturação gramatical ocorrido nos processos de transmissão linguística irregular é proporcional a esses fatores sócio-históricos e demográficos, pois a originalidade da estrutura gramatical das línguas pidgins e crioulas decorre da impossibilidade de os seus falantes assimilarem os elementos gramaticais da língua alvo, devido à situação de exploração, repressão e segregação a que são submetidos.

Já em um contexto sócio-histórico diferente, um maior acesso dos falantes das outras línguas e/ou de seus descendentes aos modelos gramaticais da língua alvo inibe os processos de transferência de substrato e de gramaticalização, cruciais para a formação das línguas pidgins e crioulas. Portanto, a maior diferença entre os processos típicos de pidginização e criouliização, que representam os casos mais radicais de transmissão linguística irregular, e os processos de transmissão linguística irregular mais leve é que, no primeiro caso, a gramática da variedade linguística que se forma na situação de contato é formada basicamente por elementos exógenos, enquanto, no segundo caso, os elementos gramaticais da língua do

grupo dominante suplantam eventuais processos embrionários de gramaticalização e de transferência do substrato.

Porém, não se deve deixar de ter em conta que, em ambos os casos, ocorre a erosão da morfologia que caracteriza a sintaxe aparente da língua alvo, nas variedades de segunda língua que logo se formam entre os falantes adultos dos grupos dominados (Siegel 2008). Mesmo que essa erosão também seja mais leve, ela não deixa de alcançar aqueles elementos que são mais comumente afetados nas situações de contato maciço entre línguas: a morfologia verbal de pessoa e número, a concordância nominal de gênero e número e a flexão de caso dos pronomes pessoais. No que concerne a esses elementos também cabe uma distinção entre os casos de criouliização e os casos mais leves de transmissão linguística irregular. No primeiro caso, esses elementos são virtualmente eliminados (ressurgindo de modo incipiente no processo de descriouliização); no segundo caso, o que se observa é um amplo processo de variação no uso de tais elementos gramaticais, sem ocorrer a sua eliminação total.

Assim formulado, o conceito de *transmissão linguística irregular* pode dar conta de um amplo espectro de contextos sociolinguísticos presentes na história do inglês, espanhol e do português na América, para além das situações típicas de criouliização, que se concentraram na região do Caribe e seu entorno. Na transplantação das línguas europeias para o continente americano, ocorreram muitas situações de contato linguístico que guardam características em comum com aquelas em que vicejaram línguas reconhecidamente crioulas. Sendo evidentes os radicais efeitos do contato sobre a estrutura das línguas europeias nas situações de criouliização, não é razoável postular que situações de contato muito semelhantes não tenham afetado a formação das variedades populares do inglês, do espanhol ou do português no continente americano, ou que esse efeito se restringiu à mera aceleração de tendências evolutivas já previstas na deriva secular dessas línguas. Assim, algumas variedades do inglês, como o inglês negro norte-americano (*Black English* ou *Afro-American Vernacular English*) e algumas variedades do espanhol popular em vários pontos do continente americano apresentam atualmente traços linguísticos claramente de tipo crioulo, tais como a ausência de cópula, a simplificação da morfologia flexional, e até mesmo processos embrionários de gramaticalização de partículas de tempo, modo e aspecto (Holm 2004 e Lipski 2008), sem se constituírem como uma língua propriamente crioula, ou seja, uma língua qualitativamente distinta da variedade padrão do espanhol ou do inglês.

No cenário atual das variedades populares do português no Brasil, também podemos encontrar fenômenos de variação linguística envolvendo a morfologia flexional que apontam claramente para processos pretéritos de mudança linguística induzidos pelo contato entre línguas que marcam as origens dessas variedades da língua portuguesa no Brasil.

#### 4. REFLEXOS DO CONTATO ENTRE LÍNGUAS NO CENÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO ATUAL PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

O português popular brasileiro exhibe hoje processos de variação que se encaixam nos processos de mudança estrutural que são desencadeados nas situações de contato entre língua, no sentido em que temos argumentado aqui. Um dos aspectos mais notáveis é a redução na flexão de pessoa e número dos verbos. É bem verdade que, na norma culta brasileira, a flexão de pessoa e número do verbo se reduziu em função de alteração na pauta dos pronomes pessoais, mas nada comparável à maciça variação que afeta a morfologia verbal de pessoa e número nas variedades populares do português brasileiro, independentemente de qualquer mudança na pauta dos pronomes pessoais. Essa variação na morfologia flexional do verbo é ainda mais intensa nas comunidades rurais formadas por descendentes diretos de escravos africanos que se mantiveram isoladas, por muito tempo, em remotas regiões do interior do Brasil. Nessas comunidades, como é o caso da comunidade de Helvécia<sup>14</sup>, a variação pode atingir todas as pessoas do discurso, inclusive a 1ª pessoa do singular como representado, esquematicamente, no quadro abaixo:

<b>Norma Padrão</b>	<b>Norma Culta</b>	<b>Norma Popular</b>	<b>Afro-Brasileiro</b>
eu trabalho	eu trabalho	eu trabalho	eu trabalho(a)
tu trabalhas	você trabalha	tu/você trabalha	tu trabalha
ele trabalha	ele trabalha	ele trabalha	ele trabalha
nós trabalhamos	nós trabalhamos	nós trabalha(mo(s))	nós trabalha(mo(s))
vós trabalhais	vocês trabalham	vocês trabalha(m)	vocês trabalha(m)
eles trabalham	eles trabalham	eles trabalha(m)	eles trabalha(m)

Quadro 1: o paradigma da flexão de pessoa e número do verbo em diferentes normas do português do Brasil<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Ver nota 11.

<sup>15</sup> Nas colunas da norma popular e do português afro-brasileiro, os parênteses indicam o processo de variação, sendo que a variante entre parênteses é a menos frequente. A variação na norma culta não é registrada porque a ausência de flexão não ultrapassa a frequência de cinco por cento.

Tomando como base a norma difundida pela tradição gramatical (a *norma padrão*, apresentada na primeira coluna do quadro acima), a chamada *norma culta* (representada na segunda coluna do quadro acima), utilizada pela elite letrada do Brasil (normalmente, com nível superior de escolaridade), exibe uma simplificação decorrente, por um lado, do uso generalizado do *você(s)* como pronome pessoal, fazendo com que as formas verbais da 2ª pessoa do singular e do plural tenham-se tornado obsoletas na maior parte do território brasileiro. Além disso, o crescente uso da forma nominal *a gente* como pronome da 1ª pessoa do plural, em substituição a forma canônica *nós*, sobretudo na língua falada, reduziu em muito o emprego da forma verbal específica dessa pessoa do discurso, já que a forma *a gente* se combina com a forma não marcada da 3ª pessoa do singular (*a gente trabalha*). Porém, não se observa qualquer variação significativa no emprego da regra de concordância verbal nesse segmento social. Análises empíricas sobre a variação no emprego da regra de concordância verbal junto a brasileiros considerados cultos revelaram isso. Tal é caso do estudo de Diva Graciosa (1991) junto a falantes da cidade do Rio de Janeiro, com curso universitário completo, que registrou um nível de ausência de aplicação da regra de concordância junto a 3ª pessoa do plural (do tipo: *eles trabalha*) de apenas seis por cento do total de ocorrências analisadas<sup>16</sup>.

Já nas variedades populares do português brasileiro, a variação na concordância verbal envolvendo as marcas de plural do verbo, em todas as pessoas do discurso (exemplos: *nós trabalha; vocês trabalha; eles trabalha*), é um fenômeno muito significativo, com a ausência dessas marcas da ordem de 50% na fala de indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade nos centros urbanos; índice que sobe para quase 80%, na linguagem popular do interior do país em suas regiões mais pobres, como a região nordeste, e passa dos 80% de falta de concordância na fala das comunidades rurais isoladas formadas por descendentes diretos de escravos africanos (Lucchesi 2004 e 2007, Lucchesi, Baxter e Silva 2009). Essa disparidade entre a norma culta e as normas populares, que caracteriza a *polarização sociolinguística do Brasil*, não pode ser explicada por uma deriva secular da língua

<sup>16</sup> Na verdade, a frequência de não aplicação da regra nessa estrutura é de apenas 4%, ficando, portanto, abaixo do nível mínimo de cinco por cento definido por Labov (2003) para reconhecer um processo de variação estruturada na gramática da comunidade de fala. A elevação para seis por cento se deve ao significativo índice de 35% de falta de concordância em estruturas de posposição do sujeito, particularmente com os chamados *verbos inacusativos*, como exemplificado na seguinte frase: *Surgiu alguns problemas ultimamente*.



portuguesa, encontrando uma explicação mais plausível nas mudanças induzidas pelo contato que estariam na origem das variedades populares do português brasileiro, enquanto que a fala de sua elite letrada só teria sido afetada indiretamente por esse processo (Lucchesi 1994, 2002a, 2002b e 2006).

A variação na concordância nominal de número no Sintagma Nominal (como em: *só esses meus primo e umas coisa velha*) é outro processo amplo de variação que relaciona as variedades populares do português do Brasil, com o contato entre línguas. Nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, a falta de concordância de número no SN ocorre em mais de noventa por cento das ocorrências. Esse quadro aproxima mais essas variedades dos crioulos portugueses da África e da Ásia do que da norma linguística dos falantes escolarizados dos grandes centros urbanos, que fazem a concordância nominal em pelo menos setenta por cento dos casos. E quanto à concordância de número entre o predicativo e o sujeito e estruturas passivas (como em: *essas coisas são caras e meus primos foram escolhidos*), pode-se dizer que esse mecanismo está virtualmente ausente na fala atual das comunidades afro-brasileiras isoladas, enquanto que, na fala de falantes com escolaridade média nos centros urbanos, a aplicação da regra de concordância fica em torno de 50% dos casos (Lucchesi 2008c). Tanto no nível do SN, quanto na relação entre o sujeito e o seu predicativo, as pesquisas sociolinguística realizadas revelaram que o contato entre línguas produziu uma violenta erosão morfossintática nas variedades populares do português do Brasil (em contraste com o que se observa nos segmentos do topo da pirâmide social), o que põe em evidência o cenário da polarização sociolinguística do Brasil.

Outro processo de erosão morfossintática que o contato entre línguas produziu na formação das variedades populares do português do Brasil é a falta de flexão de caso nos pronomes (como em: *ele viu eu e Maria encontrou nós na feira*). Diferentemente do que ocorre na norma culta brasileira, em que a ausência flexão se restringe ao pronome da 3ª pessoa (como em: *João avisou ela do problema*), em função das características nominais desse pronome (que, como os nomes, exibe flexão de número e gênero: *ele/eles/ela/elas*), na fala popular a falta de flexão atinge, como nos processos de crioulição, todos os pronomes, extrapolando os limites de supostas propensão estruturais (Lucchesi e Mendes 2009).

Portanto, pode-se concluir que, nos casos de transmissão linguística irregular de tipo leve, como o que caracteriza a formação histórica do português popular

brasileiro, as mudanças induzidas pelo contato se concentrariam no nível da erosão morfossintática, sem, contudo, levar à eliminação dos mecanismos gramaticais, como ocorre na criouliização típica, mas produzindo um amplo e profundo processo de variação, como o observado nas variedades populares do português do Brasil. Já a gramaticalização e a transferência de estruturas gramaticais das línguas do substrato, que caracterizam a criouliização, praticamente não ocorreriam na transmissão linguística irregular de tipo leve. Por isso, nesses casos, o resultado é a formação de uma variedade popular da língua dominante, e não uma língua nova, com uma gramática qualitativamente distinta, como ocorre na criouliização. Não obstante, é possível pensar na ocorrência de processos de reestruturação original da gramática, mais típicos da criouliização, em variedades populares do português brasileiro, de forma mais marginal e periférica.

Tal é o caso da chamada *alternância dativa*. Na gramática das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, bem como em algumas outras variedades populares do português do Brasil, é possível encontrar ao lado da estrutura canônica de dativo em português – a construção de dativo preposicionado (CDP), exemplificada em (1) –, a construção de objeto duplo (COD), exemplificada em (2):

- (1) Eu dei *o remédio* **aos meninos**.
- (2) Eu dei **os menino** *o remédio*.

A COD, que está presente nas línguas germânicas, como o inglês e o holandês, não faz parte do repertório gramatical das línguas românicas, tanto que, para um falante brasileiro urbano escolarizado, a construção exemplificada em (2) se apresenta como *agramatical*. Dessa forma, a presença da COD em variedades populares do português brasileiro pode ser vista como um caso de reestruturação original da gramática desencadeado pelo contato linguístico (Lucchesi e Mello 2009). Essa hipótese é reforçada pelo fato de que a COD é geral entre as línguas crioulas, mesmo aquelas derivadas de línguas românicas, como pode ser visto no exemplo (3), retirado do fa d'ambu, um crioulo de base lexical portuguesa falado na Ilha de Ano Bon, no Golfo da Guiné, na África:

- (3) Malía da pe-d'eli tabaku.  
(lit.: Maria deu pai-dela tabaco)  
'Maria deu tabaco ao pai dela.'

## 5. CONCLUSÃO

Apesar da polêmica que cerca a questão até os dias atuais, a hipótese de que as características que distinguem atualmente as variedades populares em face da chamada norma culta, no Brasil, derivam de processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas, em um contexto de transmissão linguística irregular de tipo leve, apresenta-se como a mais consistente e promissora. O desenvolvimento dos estudos acerca das situações de contato entre línguas ao redor do mundo nas últimas décadas associado às pesquisas sociolinguísticas e de história social da língua realizadas no Brasil no mesmo período abre um amplo campo para a investigação linguística no Brasil, cujas grandes frentes seriam:

- i. uma ampla pesquisa historiográfica e de demografia histórica para precisar os contextos sociolinguísticos em que se deu o contato entre línguas no Brasil, desde o início de sua colonização;
- ii. uma vigorosa pesquisa empírica nas comunidades rurais isoladas formadas por descendentes diretos de escravos africanos e de aldeias de índios aculturados pelo interior do país para rastrear os reflexos mais notáveis do contato entre línguas no Brasil;
- iii. a realização de estudos panorâmicos da realidade sociolinguística do país, cotejando as diferentes variedades do português (português afro-brasileiro, português rural, português popular, português culto) para definir as clivagens sociais (tais como urbano/rural; culto/popular; etc.) e as tendências de mudança em curso atualmente (tais como: os efeitos do êxodo rural; os processos de difusão linguística a partir dos grandes centros urbanos; a influência dos meios de comunicação de massa, etc.).

Não obstante a existência de campos tão promissores de investigação, para que a pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil possa se desenvolver plenamente, é crucial que se faça valer, para essa questão, o princípio fundador da Sociolinguística de que *a estrutura de uma língua e a sua história devem ser analisadas na interação com as estruturas sociais em que essa língua tem sido usada*. Além disso, é preciso superar a força inercial de certos modelos teóricos de evolução interna da língua que remontam aos primór-

dios da ciência da linguagem e que, hoje, nos marcos atuais de desenvolvimento teórico da linguística contemporânea, assemelham-se mais a estereótipos do *sensu comum* do que propriamente a formulações científicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAXTER, A. / D. LUCCHESI (1997): «A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil», *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, 65-83.
- BAXTER, A. / D. LUCCHESI (1999): «Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia)», em K. ZIMMERMANN (ed.), *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Madrid: Iberoamericana. 119-141.
- BICKERTON, D. (1981): *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma.
- BICKERTON, D. (1984): «The Language Bioprogram Hypothesis», *Behavioural and Brain Sciences* 7, 173-203.
- BICKERTON, D. (1999): «How to acquire language without positive evidence: what acquisitionists can learn from Creoles?», em M. DEGRAFF (ed.), *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*. Cambridge: The MIT Press, 49-74.
- CÂMARA JR., J. M. (1975): *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- COELHO, A. (1967[1880-1886]): «Os Dialectos Românicos ou Neo-Latinos na África, Ásia e América», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-234.
- ELIA, S. (1979): *A unidade linguística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.
- GRACIOSA, D. (1991): *Concordância verbal na fala culta carioca*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GANDRA, A. S. (2009): «A concordância verbal no português europeu rural», em K. OLIVEIRA / H. SOUZA / L. GOMES (orgs.), *Novos tons de Rosa*. Salvador: EDUFBA, 142-161.
- GUY, G. (1981): *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Pennsylvania: University of Pennsylvania.
- GUY, G. (1989): «On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese», *Estudios sobre el Español de América y Lingüística Afroamericana*, 227-245.
- HOLM, J. (1987): «Creole Influence on Popular Brazilian Portuguese», em G. GILBERT (ed.), *Pidgin and Creole Languages: essays in Memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press, 406-429.
- HOLM, J. (1992): «Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole», em E. D'ANDRADE / A. KIHM (orgs.), *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 37-66.
- HOLM, J. (2004): *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LABOV, W. (1982): «Building on empirical foundations», em W. P. LEHMANN / Y. MALKIEL (eds.), *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 17-92.
- LABOV, W. (2003): «Some sociolinguistic principles», em C. B. PAULSTON / G. R. TUCKER (eds.), *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 235-250.

- LEFEBVRE, C. (1998): *Creole genesis and the acquisition of grammar: the case of Haitian Creole*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIGHTFOOT, D. (1979): *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIPSKI, J. (2008): *Afro-Bolivian Spanish*. Madrid: Iberoamericana.
- LUCCHESI, D. (1994): «Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil», *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12, 17-28.
- LUCCHESI, D. (1998): «A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular», em S. GROBE / K. ZIMMERMANN (eds.), *«Substandard» e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, 73-100.
- LUCCHESI, D. (2000): «O português se teria crioualizado no Brasil? – refletindo sobre uma velha questão», *ABP* 2, 25-43.
- LUCCHESI, D. (2001): «As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil», *DELTA* 17:1, 97-130.
- LUCCHESI, D. (2002a): «Grandes territórios desconhecidos», *Linguística* 14, 191-222.
- LUCCHESI, D. (2002b): «Norma linguística e realidade social», em M. Bagno (org.), *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 63-92.
- LUCCHESI, D. (2003): «O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil», em C. RONCARATI / J. ABRAÇADO (orgs.), *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 272-284.
- LUCCHESI, D. (2004): «A participação do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil: novas evidências empíricas», em M. FERNÁNDEZ / M. FERNÁNDEZ-FERREIRO / N. V. VEIGA, *Los criollos de base ibérica*. Madrid: Iberoamericana, 215-226.
- LUCCHESI, D. (2006): «Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro», *Revista da ABRALIN* 5:1, 83-112.
- LUCCHESI, D. (2007): «Alterações no quadro dos pronomes pessoais e na aplicação da regra de concordância verbal nas normas culta e popular como evidências da polarização sociolinguística do Brasil e da relevância histórica do contato entre línguas», *Linguística* 19, 52-87.
- LUCCHESI, D. (2008a): «Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto», em C. RONCARATI / J. ABRAÇADO (orgs.), *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 366-390.
- LUCCHESI, D. (2008b): «Africanos, crioulos e a língua portuguesa», em I. S. LIMA / L. CARMO (orgs.), *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 151-180.
- LUCCHESI, D. (2008c): «A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no contexto da história sociolinguística do Brasil», em S. VOTRE / C. RONCARATI (orgs.), *Anthony Julius Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 148-168.
- LUCCHESI, D. (2009): «História do Contato entre Línguas no Brasil?», em D. LUCCHESI / A. BAXTER / I. RIBEIRO (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 41-73.
- LUCCHESI, D. (2012): «A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas», *Estudos de Lingüística Galega* 4, 45-65.

- LUCCHESI, D. / A. BAXTER (2006): «Processos de criouliização na história sociolingüística do Brasil», em S. CARDOSO / J. MOTA / R. V. MATTOS E SILVA (orgs.), *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 163-218.
- LUCCHESI, D. / A. BAXTER (2009): «A Transmissão Lingüística Irregular», em D. LUCCHESI / A. BAXTER / I. RIBEIRO (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 101-124.
- LUCCHESI, D. / A. BAXTER / J. SILVA (2009): «A concordância verbal», em D. Lucchesi / A. Baxter / I. Ribeiro (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 331-372.
- LUCCHESI, D. / A. BAXTER / J. SILVA / C. FIGUEIREDO (2009): «O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas», em D. LUCCHESI / A. BAXTER / I. RIBEIRO (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 75-100.
- LUCCHESI, D. / C. MELLO (2009): «A alternância dativa», em D. LUCCHESI / A. BAXTER / I. RIBEIRO (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 427-456.
- LUCCHESI, D. e E. MENDES (2009): «A flexão de caso dos pronomes pessoais», em D. LUCCHESI / A. BAXTER / I. RIBEIRO (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 471-488.
- LUMSDEN, J. (1999): «Language acquisition and creolization», em M. DEGRAFF (ed.), *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*. Cambridge: The MIT Press, 129-157.
- MATTOSO, K. (2003): *Ser escravo no Brasil*, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- MENDONÇA, R. (1933): *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer.
- MONTEIRO, J. M. (1995): *Negros da terra, índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MUSSA, A. (1991): *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NARO, A. / M. SCHERRE (1993): «Sobre as origens do português popular do Brasil», *DELTA* 9:especial, 437-454.
- NARO, A. / M. SCHERRE (200?): «Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal», em J. WHORTER (org.), *Language Change and Language Contact in Pidgins and Creoles*, Amsterdam/Philadelphia, 235-255.
- NARRO, A. / M. SCHERRE (2003): «O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate», em C. RONCARATI / J. ABRAÇADO (orgs.), *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 285-302.
- NARO, A. / M. SCHERRE (2007): *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- NARO, A. / M. SCHERRE (2009): «Sobre as origens estruturais do português brasileiro – o garimpo contínuo», em A. M. CARVALHO (org.), *Português em Contato*. Madrid: Iberoamericana, 131-152.
- PARKVALL, M. / L. A. LÓPEZ (2003): «Português vernáculo brasileiro e a hipótese da semi-criouliização», *Revista da ABRALIN* 2:1, 111-152.
- RAIMUNDO, J. (1933): *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.
- REVAH, I. S. (1963): «La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien», *Romania* 84, 433-450.
- RIBEIRO, D. (1995): *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- RODRIGUES, A. D. (2006): «As outras línguas da colonização do Brasil», em S. CARDOSO / J. MOTA / R. V. MATOS E SILVA (orgs.), *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 143-161.
- Rodrigues, N. (2004): *Os africanos no Brasil*, 8ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ROUGÉ, J.-L. (2008): «A inexistência de crioulo no Brasil», em J. L. FIORIN / M. PETTER (orgs.), *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 63-74.
- SAPIR, E. (1954[1921]): *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad.: J. M. Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- SIEGEL, J. (2008): *The Emergence of Pidgin and Creole Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- SILVA NETO, S. (1963[1951]): *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: INL.
- SILVA NETO, S. (1988 [1957]): *História da língua portuguesa no Brasil*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença.

